

PODE UMA MÃE FAZER DOUTORADO? REFLEXÕES AUTOETNOGRÁFICAS SOBRE FEMINISMO MATRICÊNTRICO NA ACADEMIA

CAN A MOTHER PURSUE A PH.D.? AUTOETHNOGRAPHIC REFLECTIONS ON MATRICENTRIC FEMINISM IN ACADEMIA

Joyce Rodrigues da Silva Magalhães¹

¹ Universidade Estadual de Alagoas (UNEAL), Arapiraca, AL, Brasil

Orcid: <https://orcid.org/0000-0003-3738-3191>

e-mail: Joyce.magalhaes@uneal.edu.br

Recebido em 27 de dezembro de 2025

Aceito em 01 de abril de 2025

Resumo: Este artigo investiga as experiências de mulheres-mães na academia, partindo de um recorte de uma pesquisa autoetnográfica de doutorado na área de Linguística Aplicada crítica e na pedagogia decolonial. Esse campo teórico e prático propõe uma ruptura com a lógica da modernidade/colonialidade ao questionar paradigmas eurocêntricos e estruturais que perpetuam desigualdades sociais e acadêmicas (Bernardino-Costa; Maldonado-Torres; Grosfoguel, 2020). Com base no feminismo acadêmico e na teoria matricêntrica (O'Reilly, 2016), o artigo examina como o sistema universitário, frequentemente pautado por estruturas patriarcais, ignora as especificidades das mães-pesquisadoras. A partir de uma abordagem autoetnográfica-emocionada (Magalhães, 2024), são analisadas as memórias da pesquisadora durante o processo de doutoramento e as narrativas de uma aluna gestante do curso de Letras Inglês da Universidade Estadual de Alagoas (UNEAL), evidenciando os desafios enfrentados por mulheres-mães no contexto acadêmico, como a sobrecarga de funções, a invisibilização de suas demandas e as barreiras institucionais. Ao problematizar essas dinâmicas, o estudo propõe reflexões sobre estratégias e políticas públicas que garantam condições adequadas para que mulheres-mães possam acessar, permanecer e avançar em seus estudos e carreiras. Assim, esta pesquisa fortalece o debate sobre equidade de gênero na academia e destaca a urgência de práticas decoloniais para uma educação, de fato, humanizadora e socialmente transformadora. Além disso, essa pesquisa autoetnográfica e decolonial abre caminhos para novas investigações matricêntricas que desafiem e reconfigurem as estruturas patriarcais e promovam uma perspectiva crítica, comprometida com a construção de um ambiente acadêmico mais equitativo.

Palavras-chave: feminismo matricêntrico, autoetnografia, linguística aplicada, academia.

Abstract: This article investigates the experiences of mother-scholars in academia, based on a segment of a doctoral research study in the field of critical Applied Linguistics and decolonial pedagogy. This theoretical and practical field proposes a rupture with the logic of modernity/coloniality by questioning Eurocentric and structural paradigms that perpetuate social and academic inequalities (Bernardino-Costa; Maldonado-Torres; Grosfoguel, 2020). Grounded in academic feminism and matricentric theory (O'Reilly, 2016), the study examines how the university system, often shaped by patriarchal structures, overlooks the specific needs of mother-researchers. Using an emotion-centered autoethnographic approach (Magalhães, 2024), the article analyzes the researcher's memories during the doctoral process and the narratives of a pregnant student from the English Language and Literature program at the State University of Alagoas (UNEAL), highlighting the challenges faced by mother-scholars in academia, such as the overload of responsibilities, the invisibility of their demands, and institutional barriers. By problematizing these dynamics, the study presents reflections on strategies and public policies that ensure adequate conditions for mother-scholars to access, remain in, and advance in their studies and careers. Thus, this research strengthens the debate on gender equity in academia and underscores the urgency of decolonial practices for a truly humanizing and socially transformative education. Additionally, this autoethnographic and decolonial study opens paths for new matricentric investigations that challenge and restructure patriarchal frameworks, promoting a critical perspective committed to building a more equitable academic environment.

Keywords: matricentric feminism, autoethnography, applied linguistics, academia.

Fig. 1 – Minha mãe e quatro dos seus cinco filhos



Fonte: Arquivo pessoal¹, 1993 [Fotografia]

“Ao perguntar onde está a história de Jocasta na história de Édipo, estou perguntando não só onde estão as histórias de mulheres nas tramas dos homens, mas onde estão as histórias das mães nas tramas dos filhos e filhas” [...] “Claramente, para conhecer a história materna de Jocasta... teríamos que começar pela mãe”

(Hirsch, 1989, s.p.)

HISTÓRIA MATERNA: ONDE TUDO COMEÇA

Minha mãe, dona Rosa, mãe de cinco filhos, sempre foi dona de casa. Mas, além dos trabalhos não remunerados, como as infindáveis tarefas domésticas e os cuidados com os filhos, também fazia “bicos” para ajudar nas despesas da casa. Na minha infância, lembro-me dos doces, tipicamente nordestinos, que fazia para vender na feira. Das muitas atribuições que a minha mãe desempenhou, também trabalhou como telefonista de TELASA², como merendeira da escola municipal em que

¹ Fotógrafo desconhecido.

² Telecomunicações de Alagoas S/A foi uma empresa operadora de telefonia do sistema Telebras no estado de Alagoas antes do processo de privatização em 1998.

estudávamos e na secretaria do posto de saúde local. O seu grande sonho era ser uma profissional da área da saúde. Quando meus irmãos e eu éramos crianças, surgiu uma oportunidade de fazer um curso de auxiliar de enfermagem pela prefeitura. Animada com a possibilidade de realizar o seu sonho, ela iniciou o curso. Nesse período, ficávamos sob os cuidados da minha avó. A rede de apoio, seja ela remunerada ou não, é majoritariamente formada por mulheres, especialmente por mulheres que ocupam posição de subalternidades (Villafãne; Farias, 2021).

Faltava apenas uma semana para concluir o curso, quando, angustiada, minha mãe decidiu desistir do seu sonho por não poder mais contar com uma rede de apoio que pudesse cuidar dos seus filhos enquanto ela estudava. Minha mãe sacrificou um objetivo pessoal para suprir uma necessidade coletiva. Nesse contexto, apesar de hooks (2021, p. 174) afirmar que “se sacrificar é uma dimensão necessária da prática do amor e da vida em comunidade”, na maioria das vezes, o sacrifício é exigido das mães.

A história da minha mãe é a mesma de milhares de mães que abandonam o sonho de uma vida melhor, através dos estudos e do trabalho, por falta de suporte familiar, rede de apoio e pela ausência de políticas públicas que viabilizem que mães tenham a possibilidade de estudar, ter uma carreira e conquistar independência através dela. Ao contrário, o patriarcado limita a mãe à identidade materna, afinal, para esse sistema, o amor materno deve estar acima de tudo.

Nesse sentido, Elisabeth Badinter (1985) contesta o mito do amor materno ao questionar a relação entre o determinismo biológico e a maternidade. Segundo a autora, o amor materno não é algo inato, mas se desenvolve a partir da relação entre mãe e filho.

O mito do amor materno foi criado com interesses econômicos pela burguesia e veiculado por discursos políticos e religiosos. Conforme a maternidade demanda novas atribuições, reforça-se que a dedicação irrestrita à maternidade é parte constitutiva da natureza da mulher e ali reside a sua felicidade (Badinter, 1985). Esse mito ecoa até os dias atuais, fazendo com que as mães se sintam culpadas por quererem trabalhar e estudar. Diferentemente do passado, quando às mulheres não era permitido fazer algumas atividades, “mas agora, se as mulheres estão falhando, se não podem ser aquela supermãe, a culpa é delas” (Mendes; Mendonça, 2021, p.

33)³. O mito do amor materno, assim, opera como um mecanismo que invisibiliza desafios e reforça barreiras para as mães.

A culpa materna, reforçada por construções sociais, sobrecarrega as mulheres, impondo-lhes expectativas irreais sobre a conciliação entre maternidade e carreira. No ambiente acadêmico, essa pressão se traduz na necessidade de comprovar competência e na ausência de suporte institucional, perpetuando desigualdades de gênero e silenciando mães-pesquisadoras, conforme veremos a seguir.

Narrativas de uma mãe-pesquisadora

Ao longo da minha vida acadêmica, testemunhei muitos desafios enfrentados por estudantes e docentes mães na academia. Quando me tornei mãe, passei a vivenciar experiências que desafiavam a minha carreira de estudante, docente e pesquisadora. Por diversas vezes, precisei me ausentar das aulas para levar minhas filhas doentes ao hospital, tive que levá-las comigo para o trabalho por falta de rede de apoio, interromper aulas e reuniões para amamentar ou simplesmente para cessar o choro da criança que só queria o colo da mãe. Penso que um dos grandes inimigos da mãe contemporânea é a culpa imposta pela sociedade por não dar conta de todas essas atribuições que são, humanamente, impossíveis de serem executadas por uma só pessoa.

No âmbito da produção científica, Meniconi, Feitosa e Silva (2022) ressaltam que a estrutura na qual a universidade está inserida segue os critérios do sistema neoliberal e capitalista. Assim, existe uma constante demanda por produtividade que requer principalmente tempo e dedicação para condução da pesquisa. Contudo, ao considerarmos as mães pesquisadoras, essa necessidade de produtividade coexiste com outras responsabilidades, como as familiares, domésticas e sociais. “Logo, as professoras são interpeladas a ocupar determinada posição social do que se espera ser mulher-mãe na sociedade contemporânea” (Meniconi; Feitosa; Silva, 2022, p. 6). Essa situação reforça os desafios e a pressão social e cultural que as professoras-pesquisadoras enfrentam contemporaneamente.

3 Em “Entrevista: Dra. Andrea O’Reilly e a Perspectiva da Maternidade”.

Nesse contexto, executar uma tarefa que precisa de concentração, como ler ou escrever um artigo científico, com uma grande distração ao seu lado é um desafio. Por exemplo, imagine tentar estudar para um exame importante enquanto os colegas de quarto estão conversando e assistindo televisão em alto volume. Esse foi o exemplo que encontrei para ilustrar as diversas vezes em que me dediquei à leitura e à escrita da tese, ao mesmo tempo em que precisava cuidar de duas crianças que corriam, gritavam e choravam pela casa.

Em *Maternal Theory*, O'Reilly (2016) traz o termo “mãe-malabarista” para definir o conceito da mãe perfeita e neoliberal que consegue administrar tudo (Mendes; Mendonça, 2021). A sociedade exige que as mães executem suas obrigações maternas com excelência, sejam profissionais bem-sucedidas, cuidem dos afazeres domésticos sem descuidar do casamento e da aparência física. Como consequência disso, vemos mulheres exaustas, ansiosas e culpadas por não atenderem às insanas exigências do patriarcado.

Por diversas vezes, fui discriminada por pessoas próximas e colegas de trabalho, com dizeres como: “ser mãe foi uma escolha sua, arque com as consequências”, “não entendo como uma pessoa nas suas condições (mãe que trabalha) faz doutorado”. Essa é uma forma sutil, porém ainda mais perigosa de controle social, pois injeta no nosso imaginário que somos as únicas responsáveis pelo nosso destino. “É um patriarcado com um novo rosto, mais difícil de reconhecer, porque é bonito e amigável” (Mendes; Mendonça, 2021, p. 32). É nas vivências cotidianas e na reflexão sobre elas que identificamos a opressão do patriarcado:

[...] ao vivenciarem violências esparsas, simbólicas e não extremas, as mulheres podem acreditar que o que vivenciam é uma desigualdade de oportunidades, podendo rejeitar a ideia de estar sendo oprimida já que enxergam os benefícios que o Estado liberal e patriarcal lhes confere (Gonzaga; Mayorga, 2019, p. 69).

Por meio do argumento de que as mulheres-mães já possuem muitos privilégios, como a licença maternidade, por exemplo, e da sutileza com que somos oprimidas cotidianamente, elimina-se a responsabilidade de transformação estrutural do sistema, que ofereça suporte às mães, por meio de políticas de apoio, permanência e avanço em suas carreiras.

Essa realidade aponta a necessidade de uma abordagem investigativa que questione e transforme estruturas opressoras. Nesse sentido, a autoetnografia-emocionada (Magalhães, 2024) se apresenta como uma alternativa metodológica potente para as pesquisas em Linguística Aplicada, articulando experiências individuais com contextos históricos e sociais mais amplos, a fim de problematizar desigualdades estruturais e possibilitar novas formas de resistência e transformação.

A autoetnografia-emocionada como opção decolonial nas pesquisas em Linguística Aplicada

A autoetnografia tem o potencial de revelar aspectos frequentemente negligenciados em outras formas de pesquisa. Além disso, a abordagem autoetnográfica-emocionada permite trazer à tona elementos muitas vezes suprimidos para atender a rigorosos padrões acadêmicos estruturais e positivistas. A escolha por essa metodologia possibilita desafiar pesquisas canônicas de base positivista (Pardo, 2019), rompendo com padrões metodológicos estabelecidos, uma vez que a autoetnografia não prescreve instrumentos específicos nem impõe uma estrutura rígida à pesquisa.

A autoetnografia também se alinha aos pressupostos da linguística aplicada crítica, pois compartilha preocupações sobre desigualdades sociais, reflexões críticas sobre o mundo e possibilidades de transformação. Nesse sentido, Pennycook (1990) defende que nós, linguistas aplicados, devemos assumir projetos políticos e morais capazes de alterar essas circunstâncias, promovendo uma ruptura com “modos de investigação que sejam associais, apolíticos e a-históricos” (Pennycook, 1990, p. 43).

Além de sua relevância teórica, a autoetnografia permite uma pesquisa significativa, acessível e provocativa, baseada em experiências pessoais que sensibilizam os leitores para questões políticas e sociais, aprofundando a capacidade de empatia, consciência e justiça social (Ellis; Adams; Bochner, 2011). Por meio dessa abordagem decolonial, a pesquisa possibilita um repensar crítico e transdisciplinar na universidade, consolidando-se como uma força política capaz de contrariar tendências acadêmicas dominantes de cunho eurocêntrico na construção do conhecimento histórico e social (Oliveira, 2016). Essa perspectiva se conecta à pedagogia decolonial ao desafiar pressupostos epistemológicos da ciência moderna e ao propor uma nova

forma de compreender o mundo, considerando sua complexidade, diversidade e interdisciplinaridade.

A autoetnografia-emocionada distingue-se pelo caráter sensível e humanizador da pesquisa, pois incorpora emoções, sentimentos e vivências (Magalhães, 2024). No entanto, sua escolha também implica vulnerabilidade e apreensão, compreensíveis por ser uma metodologia relativamente nova na linguística aplicada. Ao percorrer caminhos desconhecidos e revisitar memórias, lugares e pessoas que fazem parte da minha trajetória, exponho-me à análise externa, como sugere Ono (2017, p. 40), ao afirmar que escrever é tornar-se “público, visível e vulnerável”. Ainda assim, apoio-me na autoetnografia por entender que ela humaniza as ciências sociais ao integrar experiências individuais na construção do conhecimento (Ono, 2018).

Nesse sentido, a autoetnografia se torna um espaço de convergência para aqueles que defendem a necessidade de humanização das ciências humanas (Ono, 2018). Por isso, acredito que essa abordagem se alinha aos pressupostos da Linguística Aplicada e atende tanto às minhas necessidades como pesquisadora quanto às dos meus alunos, dentro de uma proposta decolonial, transgressiva e humanizadora.

Aprendi com a autoetnografia a pesquisar a partir das minhas vivências e inquietações, e a relação socialmente construída entre maternidade e sociedade é um tema que me provoca angústia, mas também impulsiona minha investigação. Como pesquisadora e mãe, estudar os desafios da maternidade na academia é unir o útil ao agradável: “acho que uma boa pesquisa é impulsionada por paixão e compromisso. As mães pesquisadoras costumam ser motivadas por um interesse vivenciado. É uma questão de sobrevivência, não é apenas acadêmica” (Mendes; Mendonça, 2021, p. 29).

Nessa perspectiva, a próxima seção busca fundamentar teoricamente este estudo, ampliando o debate sobre maternidade na academia.

Feminismo matricêntrico na academia

Ao longo da minha pesquisa de doutorado, o tema maternidade atravessou de modo muito significativo a minha vivência de pesquisadora. Por isso, decidi aprofundar também os meus estudos sobre maternidade. Nessa busca, participei do II Seminário

Maternidade e Universidade⁴ da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), no qual tive a oportunidade de conhecer um grupo de mães-pesquisadoras, o Núcleo Materna. As mães-pesquisadoras me apresentaram estudos que me encantaram por um novo feminismo, o feminismo matricêntrico.

Esse termo foi cunhado pela pesquisadora Andrea O'Reilly⁵ e não se trata de substituir as teorias feministas tradicionais, mas de preencher uma lacuna desse movimento, tendo em vista que “a maternidade, pode-se dizer, é uma tarefa inacabada do feminismo” (O'Reilly, 2016, p. 2). Se considerarmos que, apesar dos 40 anos de feminismo, as mães seguem mais desempoderadas do que as demais mulheres e que a maternidade é assunto central na vida das mães, entenderemos a necessidade de um feminismo próprio para mães (O'Reilly, 2016).

Por isso, enfatizo que essa pesquisa decolonial, que desafia os paradigmas dominantes, é um ato político porque também busca dar visibilidade aos oprimidos que são historicamente e socialmente ignorados e invisibilizados. Desse modo, essa pesquisa identifica essas injustiças sociais e se esforça para trazer essas vozes marginalizadas para o centro do discurso. Assim, esta pesquisa autoetnográfica-emocionada compreende que cada voz e cada expressão individual, especialmente das gentes ignoradas pela sociedade, é capaz de desafiar o *status quo* e ressignificar as pesquisas científicas. Portanto, incluir as mães nas pesquisas e nos debates acadêmicos é uma forma democrática de contribuir para a riqueza e para a diversidade da comunidade como um todo.

Nesse sentido, o feminismo matricêntrico consiste numa teoria e política centrada na maternidade, que reflete e discute nos campos sociais, econômicos, políticos, culturais e psicológicos as necessidades e preocupações das mães com os objetivos de empoderá-las e incluí-las no feminismo acadêmico (O'Reilly, 2016). Além

4 O evento foi organizado pelo Projeto de Extensão Universitária “Mães na Universidade: acesso, permanência e progressão de mulheres-mães” vinculado à Pró-Reitoria de Extensão da Universidade Federal do Rio de Janeiro - PR5/UFRJ, pelo Núcleo Virtual de Pesquisa em Gênero e Maternidade - Núcleo Materna e pelo Coletivo Mães da UFRJ.

5 “Andrea O'Reilly é professora titular na Escola de Gênero, Sexualidade e Estudos das Mulheres, na Universidade de York, em Toronto, Canadá. É também fundadora e editora-chefe do JMI- *Journal of the Motherhood Initiative* e diretora criadora da Demeter Press. Com mais de 20 livros publicados, seu trabalho envolve especialmente a luta pela equidade de gênero e pelos direitos das mulheres” (Mendes; Mendonça, 2021, p. 23).

de considerar o feminismo matricêntrico como multidisciplinar e multiteórico⁶, O'Reilly lista uma série de objetivos e características que considera essenciais, embora provisórias, para a compreensão desse movimento:

Quadro 1 – Objetivos e características da teoria feminista matricêntrica

• Afirma que o tema maternidade é merecedor de investigação acadêmica séria e sustentada;
• considera a maternidade como um trabalho importante e valioso para a sociedade, mas enfatiza que a tarefa essencial da maternidade não é, e não deve ser, responsabilidade e dever exclusivos das mães;
• contesta, desafia e contrapõe a instituição patriarcal opressora da maternidade e busca imaginar e concretizar uma identidade materna e prática, que é empoderadora para as mães;
• busca corrigir o centramento na criança que define grande parte do conhecimento e ativismo sobre a maternidade e busca desenvolver pesquisa e ativismo a partir da experiência e da perspectiva das mães;
• compromete-se com a mudança social e justiça social e considera a maternidade como um empreendimento socialmente engajado e um local de poder, onde as mães podem e devem propor mudanças sociais por meio da educação dos filhos e do ativismo;
• entende que a maternagem e a maternidade são determinadas culturalmente e variáveis, e estão empenhadas em explorar a diversidade da maternidade experiência em toda raça, classe, cultura, etnia, sexualidade, habilidade, idade, e localização geográfica; e
• se esforça para estabelecer a teoria materna e os estudos sobre a maternidade como disciplinas acadêmicas autônomas, independentes e legítimas.

Fonte: O'Reilly (2016)

A maternidade é, portanto, um campo de investigação legítimo, que deve ser reconhecido como um espaço de poder e transformação social. A teoria feminista

6 "A teoria feminista matricêntrica baseia-se em muitas disciplinas acadêmicas - incluindo antropologia, história, estudos literários, sociologia, filosofia, psicologia, estudos de sexualidade e estudos femininos - bem como nas escolas estabelecidas de feminismo acadêmico" (O'REILLY, 2016, p. 5).

matricêntrica questiona a opressão patriarcal, valoriza as experiências maternas e fortalece a consolidação dos estudos sobre maternidade como uma disciplina autônoma. As pesquisas matricêntricas na perspectiva decolonial destacam a diversidade cultural e social em diversos contextos, além de oferecer uma visão mais ampla sobre o papel das mães na nossa sociedade e no ativismo.

Práticas decoloniais e matricêntricas na academia

A pedagogia decolonial emerge como um movimento crítico que busca desafiar estruturas eurocêtricas e coloniais na produção do conhecimento e na educação. Nesse sentido, faz-se necessária “uma postura ofensiva de intervenção, transgressão e reconstrução” (Walsh, 2009, p. 234), por meio de práticas decoloniais que promovam uma educação democrática e libertadora, capaz de valorizar a diversidade cultural de conhecimentos e experiências.

As práticas decoloniais propostas neste estudo dialogam com os princípios da pedagogia freireana, pois, assim como Freire (2005), defendem uma educação libertadora, fundamentada no reconhecimento dos saberes historicamente marginalizados e na valorização das experiências dos sujeitos oprimidos, nesse caso, as mães. Nesse contexto, esta pesquisa busca integrar esses fundamentos, problematizar os paradigmas impostos pela colonialidade e propor estratégias para a reconstrução de práticas educativas mais inclusivas e socialmente comprometidas com a justiça.

Com isso, após me aprofundar nos estudos maternos, passei a observar o ambiente ao meu redor com uma perspectiva decolonial mais aguçada, especialmente no que se refere à maternidade no contexto acadêmico. Uma dessas observações decoloniais aconteceu no curso de Letras Inglês da Universidade Estadual de Alagoas (UNEAL), campus I, onde leciono, durante a realização de uma oficina de fotografias⁷, na qual instruímos os alunos a saírem pelos corredores da universidade e a

7 A Oficina de Fotografia aconteceu na disciplina de Expressão Oral I e contou com a parceria da minha irmã, Gabrielle Rodrigues, fotógrafa e professora de inglês. A oficina teve o objetivo de incentivar os alunos a relatarem histórias de vida através de fotografias pessoais, compreender a história das fotografias e aprender a capturar imagens do cotidiano acadêmico e edição básica de fotografias pelo aparelho celular.

fotografarem imagens que, de alguma forma, provocassem-lhes alguma reflexão. Posteriormente, essas imagens foram compartilhadas em sala de aula.

A proposta da oficina de fotografias está fundamentada na educação democrática que “rompe com a falsa construção da universidade corporativa como separada da vida real e sempre procura visualizar a formação como uma parte de nossa experiência de mundo real e da nossa vida real” (hooks, 2019, p. 199). Além de capturar e mobilizar diferentes sentidos no contexto universitário, as fotografias, em contraposição à cultura da escrita, funcionam como instrumentos de reflexão e crítica às “colonialidades do ver” (Barriandos, 2011). “O reconhecimento da colonialidade do ver deve levar-nos à descoberta de paradigmas escópicos adjacentes, alternativos e rebeldes, inscritos, mas tornados invisíveis, pelo desenvolvimento histórico da modernidade/colonialidade” (Barriandos, 2011, p. 24).

Nessa perspectiva, durante a oficina, esta foi a cena que mais me sensibilizou e me provocou profunda reflexão sobre a realidade de mães na universidade:

Fig. 2 – Crianças lanchando no chão da universidade



Fonte: Acervo da pesquisadora⁸, 2023 [fotografia]

A imagem de dois meninos, possivelmente irmãos, com idades entre 3 e 5 anos, comendo no chão da universidade em frente à porta da sala de aula, local em

⁸ Essa fotografia foi feita pela pesquisadora durante a Oficina de Fotografia no curso de Letras, Campus I da Universidade Estadual de Alagoas.

que a mãe deles estuda, tocou-me profundamente porque sou mãe e já vivenciei essa situação.

A falta de rede de apoio obriga as estudantes-mães a levarem seus filhos à universidade. Infelizmente, a maioria dos ambientes educacionais não possui estrutura adequada para acomodar dignamente os filhos das mães que frequentam a academia. A ausência de suporte necessário e de políticas de permanência para estudantes-mães revela uma lacuna no ambiente acadêmico. Assim como a minha mãe desistiu do curso de auxiliar de enfermagem por causa da maternidade e uma parcela das mães abandonam os empregos para cuidar dos filhos, muitas mães universitárias também desistem do curso superior por falta de apoio, suporte e políticas maternais.

Atualmente, não há nenhuma lei no Brasil que expressamente permita ou proíba que mães, pais e responsáveis levem crianças para as instituições de ensino. No entanto, existem projetos de lei em tramitação que abordam essa questão. Entre eles, estão o Projeto de Lei nº 1.151/2022 da deputada Sâmia Bomfim (PSOL/SP), que “estabelece diretrizes gerais para o acolhimento de gestantes, puérperas e mães de crianças e adolescentes em ambiente universitário” (Projeto de lei nº1.151/2022, p.1), e o Projeto de Lei nº 1270/2023 da deputada Laura Carneiro (PSD/RJ), que “assegura às mães, aos pais ou responsáveis o direito de frequentar a escola ou a universidade com seus filhos de até 12 anos incompletos” (Projeto de Lei nº 1270/2023, p.1).

Com base na percepção de que a maternidade é responsabilidade recorrente das mulheres, é preciso promover um amplo debate social para desconstruir a ideia de que a maternidade é um obstáculo e buscar alternativas que garantam o acesso, permanência e avanço nas carreiras de estudantes-mães na academia. A presença de mulheres-mães na academia é essencial para a promoção da maternidade como força política capaz de transformar positivamente a sociedade. Para isso, é necessário transformar a academia em um lugar de resistência entre as mulheres, que, por meio do questionamento do protagonismo das estruturas dominantes de poder, seja capaz de transformar as futuras gerações (Oliveira; Freitas, 2021).

Nesse sentido, um dos caminhos apontados pelo feminismo matricêntrico é propor uma “narrativa matrifocal” com o objetivo de “articular e teorizar ‘a voz da mãe’

- isto é, analisar o tornar-se e ser mãe a partir da perspectiva e da subjetividade das próprias mães” (O’Reilly, 2016, p. 4). Essas reflexões são importantes para entendermos de que modo as estruturas coloniais/modernas atuam na academia e de que forma podemos desconstruí-las e ressignificá-las. Por isso, trago o relato da aluna Malu, grávida durante a disciplina de Linguística Aplicada (2022.1), que discorre sobre os obstáculos que ela enfrentou na universidade durante esse período:

Como universitária e não veterana, já imaginava que poderia passar por situações difíceis no decorrer da minha gestação dentro da universidade, e de tudo que fosse relacionado à universidade, na verdade. Percebi que alguns docentes não tiveram empatia, por muitas vezes passar mal devido à gestação, e pelo peso da barriga que fica nos últimos meses. Além, que a maioria dos estudantes universitários da minha instituição de ensino superior que nunca cederam lugar pra mim quando estava grávida (Informação verbal, 2022).

O relato de Malu me desperta sentimentos de desapontamento e indignação em relação à falta de empatia de alguns docentes e estudantes universitários, em relação às suas necessidades do período gestacional. Lamentavelmente, na sociedade patriarcal, as mulheres-mães são duplamente discriminadas, conforme argumenta O’Reilly (2016): as mães são oprimidas pelo patriarcado por serem mulheres e como mães. Embora tenhamos sido ensinadas a perceber a maternidade como um estado de honra e nobre renúncia, essa ideia implantada no imaginário social é um recurso efetivo na manutenção da estrutura patriarcal, conforme apontam Gonzaga e Mayorga (2019):

A maternidade não traz uma mudança do status social das mulheres no sistema de gênero colonial/moderno. Ainda que discursivamente se produza uma ode elogiosa e homogênea de exaltação a mulher-mãe, efetivamente ela sofre com o preterimento no mercado de trabalho, no mercado afetivo e em redes de socialização (Gonzaga; Mayorga, 2019, p. 69).

No geral, as mulheres-mães são discriminadas nas entrevistas de emprego e cotidianamente no trabalho ou nas seleções de pós-graduação quando questionadas “quem vai cuidar dos seus filhos enquanto você estuda?”, por exemplo. Assim como Malu, cerca de 52% das mulheres-mães já sofreram discriminação e constrangimento durante a gestação ou após a licença-maternidade, de acordo com um estudo realizado pelo instituto Vagas (Filgueiras, 2019). Além das consequências

relacionadas aos relacionamentos sociais, trabalho e estudos, no sistema patriarcal, a maternidade também pode desencadear problemas de ordem emocional, conforme relata Malu:

Nunca pensei que a falta de empatia fosse tão grande, ao ponto de mexer com o meu emocional, já que sou diagnosticada com o Transtorno Generalizado de Ansiedade (TAG), pois aconteceu um episódio em que fui apresentar um trabalho em sala de aula de forma presencial, e sei que sou uma aluna como qualquer outra, no entanto, uma gestante de quase 9 meses, prestes a dar à luz, passar por uma pressão psicológica no momento em que estava apresentando um artigo. A intolerância em relação às gestantes dentro do âmbito universitário existe, e é algo que infelizmente, ainda, é visado com uma visão arcaica e intolerante como já mencionei (Informação verbal, 2022).

A violência psicológica e a intolerância sofridas por Malu durante um seminário desencadearam problemas emocionais que se agravaram pelo seu diagnóstico de TAG, um distúrbio caracterizado pela ansiedade excessiva e preocupação exagerada com os eventos da vida cotidiana, bem como devido à gestação. O período gestacional e o puerpério são fases de mudanças muito intensas na vida da mulher. Além das transformações fisiológicas, há mudanças, psicológicas e sociais. Nesse período, a gestante vivencia uma série de emoções e conflitos internos e externos que, embora sejam transitórios, se não forem bem gerenciados, podem levar a problemas graves na gravidez e na relação mãe-bebê (Piccinini *et al.*, 2008).

Pessoalmente, vivenciei as consequências negativas de influências externas em minha segunda gestação. Além do período conturbado acarretado pela pandemia da Covid-19, as preocupações do trabalho e do doutorado e os problemas familiares me provocaram diversas crises de ansiedade e, conseqüentemente, complicações na gestação que me conduziram a um parto antecipado e ao nascimento prematuro da minha segunda filha.

Por outro lado, a gestação pode ser um período de grande crescimento pessoal, profissional e social, se vivenciada de forma empática e respeitosa. Assim, “a gravidez pode tanto desencadear uma crise emocional para as gestantes como inaugurar um potencial de adaptação e resolução de conflitos até então desconhecido” (Piccinini *et al.*, 2008, p. 64).

Quando ignoramos o potencial das estudantes-mães, perdemos a oportunidade de fortalecer a diversidade e enriquecer o debate acadêmico por meio

das suas experiências de vida. Nesse sentido, a maternidade opera “como uma força singular de transformação positiva por poder recriar uma nação com a geração e com o materno consciente e ativo” (Oliveira; Freitas, 2021, p. 111).

Em seu relato emocionado, Malu chama atenção para a importância do respeito e do cuidado com as gestantes e para a forma como foi tratada por alguns docentes da academia, mas também faz um alerta em relação à formação dos futuros professores:

E o que mais me chocou é que serão futuros docentes desse país. Mas, que geração é essa? Que valores são esses que jovens cidadãos não são capazes de cederem um assento para uma gestante? Fica a minha indignação como cidadã e como mulher (Informação verbal, 2022).

Esse tipo de comportamento apresentado por Malu demonstra que a academia, que é um recorte da nossa sociedade, não está preparada para lidar com as necessidades singulares de cada indivíduo, nesse caso, das estudantes-grávidas. Além disso, tal comportamento reflete um modelo de academia competitiva e excludente. Assim, na medida em que a maternidade é uma dimensão muito significativa na vida das mães (O'Reilly, 2016), diante de uma situação de intolerância e discriminação, a estudante-mãe é, muitas vezes, obrigada a abandonar o curso para atender às suas necessidades gestacionais ou do seu filho.

A maternidade se torna, portanto, um argumento para a exclusão de mulheres-mães em espaços públicos, segundo Gonzaga e Mayorga (2019), configurando-se como “uma produção visível/clara do sistema de gênero colonial/moderno, visto que ela não outorga às mulheres a condição de sujeito, mas as diferencia entre si [...]” (Gonzaga; Mayorga, 2019, p. 69).

Pode uma mãe fazer doutorado? – Avanços e retrocessos

Os estudos maternos não estavam previstos na minha pesquisa de doutorado, mas essa demanda surgiu ao longo do processo a partir das minhas vivências de mulher, mãe, pesquisadora e professora. Portanto, foi colocada em prática a máxima feminista de que o pessoal é político (Hanisch, 1971), entendendo que essa atitude decolonial rompe com os paradigmas dominantes, na medida em que:

Reconhece que a vida privada e os aspectos que historicamente foram associados a ela, são locus fundamental para compreender como as distintas violências e sistemas de poder se entrecruzam e produzem experiências que exigem dos analistas sociais, dos atores das políticas públicas e dos sujeitos um olhar crítico fundamentado e interseccional (Gonzaga; Mayorga, 2019, p. 59).

Para isso, precisamos valorizar os diferentes caminhos percorridos pelas mães acadêmicas, ouvir ativamente e acolher suas peculiaridades e ritmos na academia. É a diversidade de jornadas de cada estudante que torna a academia um local rico e cheio de possibilidades. Por meio de uma narrativa matrifocal, a mãe será capaz de ocupar um papel social e cultural significativo na valorização da maternidade, conforme argumenta O'Reilly (2016):

(...) precisamos de mais mulheres pesquisando a maternidade e a maternagem e precisamos de mais mães professoras na academia (...) Nunca conseguiremos a equidade de gênero entre homens e mulheres se não valorizarmos o trabalho do cuidado materno, tanto quanto valorizamos o trabalho remunerado (...) Necessitamos que o feminismo matricêntrico tenha seu próprio teto no amplo espaço dos feminismos acadêmicos (O'Reilly, 2016, p. 225).

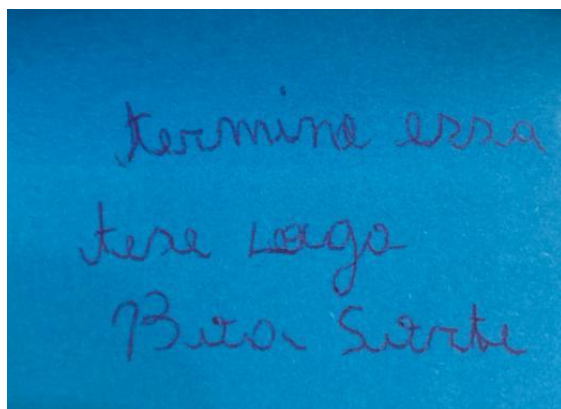
Apesar da resistência do patriarcado, a luta das mulheres-mães apresenta pequenos avanços em relação às políticas maternas na academia. Na Universidade Estadual de Alagoas (UNEAL), onde atuo como docente, recentemente foi inaugurada uma brinquedoteca no *campus* I que, embora ainda não esteja funcionando efetivamente, sinaliza como um ponto de partida para o atendimento a uma demanda das estudantes-mães. Recentemente, participei de um evento acadêmico na UNEAL, no qual as mães tinham a oportunidade de deixar seus filhos na brinquedoteca com a cuidadora, mediante solicitação antecipada via e-mail.

Ademais, o tema da redação do Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM) de 2023 abordou a invisibilidade do trabalho de cuidado realizado por mulheres no Brasil. Este tema ressalta a necessidade urgente de debater a sobrecarga do trabalho doméstico e de cuidado que recai sobre as mulheres, muitas vezes impedindo-as de ter acesso, permanência e progresso nos estudos e em suas carreiras. Além disso, a inclusão desta temática em um exame vestibular de âmbito nacional obriga milhares de jovens a refletirem sobre a questão, promovendo espaços de debate. Afinal, as mulheres que cuidam também merecem ser cuidadas.

Apesar dos avanços modestos, os fatos relatados por Malu e as inúmeras falas discriminatórias que testemunhei na academia reforçam a necessidade de pesquisas sobre maternidade e a importância de centralizar as vozes maternas no ambiente acadêmico. Além das pressões sociais, nós, como mães e pesquisadoras, vivemos em um mundo repleto de exigências e sentimentos de culpa.

Ao longo do doutorado, constantemente, precisei me ausentar da minha rotina familiar para me dedicar às aulas, reuniões, leituras e produção científica. Numa dessas ocasiões, ao final de um longo dia no escritório, escrevendo a tese, fui surpreendida com um bombom e um bilhete deixado pela minha filha de 6 anos:

Fig. 3 – Bilhete da minha filha



Fonte: Escrito por Elisa, 2023 [Fotografia]

Em seu bilhete, Elisa escreveu: “Termine essa tese logo. Boa sorte”. Embora tenha entendido que a sua intenção foi amenizar a minha angústia me presenteando com um bombom, seu apelo para que os momentos de ausência chegassem ao fim me partiu o coração. Fui tomada por uma enxurrada de emoções e sentimentos, levando-me a chorar compulsivamente. A tristeza de perceber que a minha ausência estava sendo sentida, juntamente com a culpa de sacrificar momentos com minhas filhas em prol dos estudos, era avassaladora. Nós, mães e mulheres, somos constantemente assediadas pelo sentimento de culpa que o patriarcado incute em nosso imaginário. A ideia de que a maternidade deve sempre vir em primeiro lugar é

um mantra que ressoa em nossas mentes todos os dias. Portanto, desafiar essa norma é considerado inaceitável pela nossa sociedade (Bazon, 2023).

Por outro lado, várias memórias da minha infância surgiram, trazendo à tona o sentimento de arrependimento da minha mãe por ter deixado o curso de auxiliar de enfermagem para se dedicar aos filhos. Ela compreende que teria encontrado uma solução se não tivesse se deixado afetar pelos julgamentos alheios e pelas pressões sociais. Ela também reconhece a importância de ser uma mulher com um trabalho digno, especialmente quando se é mãe de cinco filhos. Ao mesmo tempo, entendo que a nossa ausência também é uma demonstração de amor, especialmente quando é motivada pelo desejo de proporcionar um futuro melhor para os nossos filhos.

Ao refletir sobre os diversos sentidos desse bilhete, percebo que o “Boa sorte” é um fator motivador que representa um “eu espero que dê tudo certo”. Este pequeno gesto serviu como um lembrete do motivo pelo qual estou trabalhando tão arduamente: para construir uma sociedade melhor para minhas filhas e para os meus alunos através do meu trabalho crítico e social.

Em uma pesquisa realizada com mães do mundo inteiro, Bazon (2023) mostra que priorizar a carreira profissional beneficia não só mães e filhos, como a sociedade em geral. A pesquisadora destaca que a desconstrução e aceitação do termo ambição entre mulheres de diversas raças, idades, orientações sexuais e em todos os campos profissionais é um passo crucial na jornada contínua para a igualdade de gênero, especialmente para as mães que têm uma carreira fora de casa. “Só quando ‘ambição’ deixar de ser um rótulo que as mulheres deveriam encarar como algo negativo é que seremos livres para sonhar alto e sermos quem somos de verdade” (Bazon, 2023, p. 119). Além disso, quero dizer que nós, mães, amamos os nossos filhos e sentimos o mesmo pelos nossos trabalhos. Por isso, temos o direito de lutar por uma sociedade melhor, por nós e por eles.

Feminismo matricêntrico na academia: Lugar de mãe é onde ela quiser!

Em uma reunião de que participei na universidade, questionei se uma mãe não poderia fazer doutorado. Na busca por uma reflexão, essa pergunta foi refeita para mim pela minha psicoterapeuta. A reflexão que faço é que, embora seja um grande desafio fazer doutorado sendo mãe, dentre outras atribuições e exigir muita

organização, apoio e determinação, é possível conciliar a maternidade com o doutorado. No entanto, esse percurso pode ser menos doloroso se desconstruirmos as ideias propagadas pelo patriarcado de que a mulher-mãe precisa escolher entre ser mãe ou ser uma profissional bem-sucedida, de que precisamos provar a todo instante que damos conta e que somos tão bem capacitadas quanto os homens. Precisamos de empatia, reconhecimento das nossas singularidades, rede de apoio e boas condições de permanência. Penso que é responsabilidade de todos criar um ambiente acadêmico mais humanizado e acolhedor.

“As mães sempre foram uma parte central da mudança social e continuarão a ser” (Mendes; Mendonça, 2021, p. 33). Para isso, devemos usar esse “superpoder” para segurar as portas da academia para outras mães e outros grupos discriminados e invisibilizados. Em *Beloved*, Toni Morrison (1987) argumenta que a maternidade pode ser um lugar de empoderamento e ativismo social. Considero esta pesquisa decolonial como uma força política que desafia as normas sociais. Portanto, prosseguir com os estudos maternos e lutar por um feminismo matricêntrico é uma forma de resistir às normas impostas pelo patriarcado. Como mãe-pesquisadora, pretendo continuar com os estudos maternos, adotando essa postura política que visa a transformar a academia em um espaço de empoderamento, acolhimento e mudança social.

REFERÊNCIAS

- BADINTER, E. Um amor conquistado: o mito do amor materno. **Nova Fronteira**, Rio de Janeiro, 1985.
- BARRIENDOS, J. The coloniality of seeing: towards a new inter-epistemic visual dialogue. **Nómadas**, Bogotá, 2011, p. 13-29.
- BAZELON, L. Ambiciosa como a mamãe: Por que priorizar sua carreira faz bem para seus filhos. Tradução: Débora Chaves. 1 ed. **Vestígio Editora**, São Paulo, 2023.
- BERNARDINO-COSTA, Joaze; MALDONADO-TORRES, Nelson; GROSGOUEL, Ramón. Introdução. In: BERNARDINO-COSTA, Joaze; MALDONADO-TORRES, Nelson; GROSGOUEL, Ramón. (Org.). **Decolonialidade e pensamento afrodíapórico**. 2. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2020.

BRASIL. Projeto de Lei nº 1.151/2022. [Estabelece diretrizes gerais para o acolhimento de gestantes, puérperas e mães de crianças e adolescentes em ambiente universitário]. Brasília, DF: Câmara dos Deputados, 2022. Disponível em: https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra?codteor=2165962 – Acesso em 09/07/2023.

BRASIL. Projeto de Lei nº 1270/2023. [Assegura às mães, aos pais ou responsáveis o direito de frequentar a escola ou a universidade com seus filhos de até 12 anos incompletos.]. Brasília, DF: Câmara dos Deputados, 2023. Disponível em: https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra?codteor=2246364&filename=PL%201270/2023 - Acesso em 09/07/2023.

ELLIS, C.; ADAMS, T. E.; BOCHNER, A. P. Autoethnography: an overview. **Qualitative Social Research**, Forum, v. 12, n. 1, 2011. Disponível em: DOI: <<http://dx.doi.org/10.17169/fqs-12.1.1589>>. Acesso em: 22 abr. 2024.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2005.

FILGUEIRAS, I. **Valor Investe**. 2019. Disponível em: <https://valorinveste.globo.com/objetivo/empreendase/noticia/2019/05/09/52percent-das-maes-ja-sofreram-constrangimento-no-trabalho-diz-pesquisa.gh.html>. Acesso em: 30 abr. 2024.

GONZAGA, P. R. B.; MAYORGA, C. Violências e Instituição Maternidade: uma Reflexão Feminista Decolonial. **Psicologia Ciência e Profissão**, Brasília, v. 39, n. 2, 2019, p. 59-73. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1982-3703003225712>.

HANISCH, C. The personal is political. In: JEROME, A. **The radical therapist**. New York: Ballantine Books, 1971. p. 152-157.

HIRSCH, M. **The Mother/Daughter Plot: Narrative, Psychoanalysis, Feminism**. Bloomington: Indiana University Press, 1989.

HOOKS, B. **Tudo sobre o amor: novas perspectivas**. Tradução: Tadeu Breda. São Paulo: Elefante, 2021.

HOOKS, B. Educação democrática. In: CASSIO, F. (Org.). **Educação contra a barbárie: por escolas democráticas e pela liberdade de ensinar**. 1. ed. São Paulo: Boitempo, 2019, p. 84-96.

MAGALHÃES, J. R. da S. **Práticas decoloniais na formação inicial de professores de inglês: reflexões autoetnográficas de uma professora-formadora**. 2024. 267 f. Tese (Doutorado em Linguística) – Universidade Federal de Alagoas. Programa de Pós-Graduação em Linguística e Literatura. Maceió, 2024.

MENDES, M. E. P. S. M.; MENDONÇA, M. C. de. Entrevista: dra. Andrea O'Reilly e a perspectiva da maternidade. **Ártemis**, João Pessoa, v. 31. n. 1. jan./jun., 2021, p. 23-34.

MENICONI, F. C.; FEITOSA, D. da S.; SILVA, S. B. A produção acadêmica de mães, professoras universitárias, em tempos de pandemia: diálogos acerca da ideologia da maternidade e da divisão sexual do trabalho. **Uniletras**, Ponta Grossa, v. 44, e-19310, 2022, p. 1-19. Disponível em: <http://www.revistas2.uepg.br/index.php/uniletras> Acesso em 20 de setembro de 2023.

MORRISON, Toni. *Beloved*. **Alfred A. Knopf**, Nova York, 1987.

OLIVEIRA, A. X. G. de; FREITAS, S. R. F. de. A maternidade política em *Hibisco Roxo*, de Chimamanda Adichie. **Ártemis**, Florianópolis, v. 31. n. 1. jan.-jun. 2021, p. 93-112.

OLIVEIRA, L. F. de. O que é uma educação decolonial. **Nuevamérica**, Buenos Aires, v. 149, 2016, p. 35-39.

ONO, Fabrício Tetsuya Parreira. **A formação do formador de professores: uma pesquisa autoetnográfica na área de língua inglesa**. 2017. Tese (Doutorado em Estudos Linguísticos e Literários em Inglês). Universidade de São Paulo, 2017.

ONO, Fabrício Tetsuya Parreira. Possíveis contribuições da autoetnografia para investigações na área de formação de professores e formação de formadores. In: PEREIRA, Maria das Graças Dias; VIEIRA, Amitza Torres. (Ed.). **Autoetnografia em Estudos da Linguagem e áreas interdisciplinares**. Juiz de Fora: Veredas online, v. 22. n. 1. p. 51-62, 2018.

O'REILLY, A. **Matricentric Feminism: theory, activism, practice**. Toronto: Demeter Press, 2016.

PENNYCOOK, A. A linguística aplicada dos anos 90: em defesa de uma abordagem crítica. In: SIGNORINI, I.; CAVALCANTI, M. C. (Ed.). **Linguística aplicada e transdisciplinaridade**. Campinas: Mercado de Letras, 1990, p. 23-49.

PICCININI, C. A.; LOPES, R. S.; GOMES, A. G.; NARDI, T. de. Gestação e a constituição da maternidade. **Psicologia em Estudo**, Maringá, v. 13, n. 1, jan./mar., 2008, p. 63-72.

VILLAF NE, Y. C. E.; FARIAS, R. de C. P. Relación de cuidado mujer/crianza: dominación simbólica y desigualdade. **Ártemis**, João Pessoa, v. 31, n. 1, jan./jun, 2009, p. 237-252.

WALSH, Catherine E. **Interculturalidad, Estado y Sociedad: luchas (de)coloniales de nuestra época**. Quito, Universidad Andina Simón Bolívar: Abya-Yala, 2009.

Sobre a autora**Joyce Rodrigues da Silva Magalhães**

É sertaneja do interior de Alagoas, mãe de duas meninas, mestre e doutora em Linguística e Literatura pela Universidade Federal de Alagoas (UFAL), além de atuar como professora adjunta do Curso de Letras – Inglês da Universidade Estadual de Alagoas (UNEAL). Integrante do grupo de estudos Letramentos, Educação e Transculturalidade (LET/UFAL), tem sua trajetória acadêmica marcada por relevantes contribuições à área. Em reconhecimento ao seu trabalho, recebeu o Prêmio UFAL de Teses (2024) e foi laureada com o prêmio Meninas e Mulheres na Ciência, concedido pela PROPEP/UFAL (2024).